



Julho | 2005 • Jornal do

Sintrajuf

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco

Filiado à CUT e à Fenajufe

ESPECIAL XII PLENÁRIA DA FENAJUFE

Servidores aprovam resoluções

Foto: Leonor Costa (Fenajufe)



Realizada em Serra (ES), entre os dias 17 e 19 de junho, a XII Plenária da Fenajufe reuniu mais de 150 delegados e observadores dos sindicatos de trabalhadores do Judiciário Federal de todo o Brasil. Conjuntura nacional e internacional, reforma sindical, campanha salarial dos servidores públicos federais e revisão do Plano de Cargos e Salários foram os principais temas debatidos no encontro.

As teses propostas foram debatidas em grupos de trabalho antes de serem levadas

para votação no plenário. Além das teses gerais sobre o temário da plenária, foram apresentadas teses específicas, sobre assuntos como a situação do servidor público afrodescendente no Judiciário Federal e a jornada de 30 horas semanais em todo o Judiciário Federal e Ministério Público da União.

O evento incluiu a prestação de contas da Fenajufe referente ao período de abril de 2004 a abril de 2005, aprovada por unanimidade, e a votação do

local da próxima plenária. Ficou definido que a XIII Plenária Nacional da Fenajufe, em 2006, será em Natal (RN), em data ainda não definida.

Filiação reafirmada - A plenária reafirmou a deliberação do último Congresso da Fenajufe pela manutenção da filiação à CUT, que foi aprovada por ampla maioria e derrotou a proposta dos que defendem o Conlutas (PSTU e CPR) e a desfiliação à central. Confira nesta edição as principais resoluções, organizadas por tema.

 **nesta edição**

- » **Revisão do PCS** página 4
- » **Plano de lutas** página 4
- » **Conjuntura** página 5
- » **Reforma sindical** página 5

Editorial

Charge: Gilmar (Agência Carra Maior)



Há pelo menos duas semanas denúncias de corrupção ocupam quase que integralmente o espaço da mídia, do governo e do congresso. Enquanto isso, são abafadas todas as vozes que clamam por mudanças na política desenvolvida pelo governo.

As reivindicações dos servidores públicos federais, em greve desde 2 junho, são omitidas. O clamor dos camponeses para realização da reforma agrária é renegado. As exigências da população por emprego são colocadas em segundo plano. As necessidades urgentes de revitalização do serviço público

na saúde e educação são desconsideradas. Tudo isso ganha ainda mais força para permanecer como está, nesse momento em que deputados, senadores e governo descobriram que algo “inédito” pode estar ocorrendo: corrupção no cenário político brasileiro.

Nesse contexto, Lula, que se alinhou com aqueles que sempre dominaram o cenário político brasileiro para ganhar as eleições e ter “governabilidade”, paga o preço por ter abandonado suas bases sociais – as mesmas que o elegeram para mudar os rumos do país –, ficando cada vez mais refém desses novos

aliados que escolheu.

São eles que exigem do governo, cada vez mais, desvios dos recursos da nação para o setor privado, por meio dos juros extorsivos cobrados pelo setor financeiro; subsídio para os grandes produtores rurais, os mesmos que desmatam as florestas e roubam terras públicas; e reajustes generosos para as tarifas cobradas pelas empresas privatizadas.

São esses que se apresentam como a reserva moral e denunciam a mesma corrupção que é necessária para atender aos seus objetivos de roubar toda a riqueza do povo brasileiro para aumentar sua fortuna particular. São os mesmos aliados que se utilizam da denúncia de corrupção no setor público para trazer à tona de forma espetacular a “solução” do problema: a privatização dos serviços públicos.

Coincidentemente, voltam à baila com toda força a quebra do “monopólio” dos Correios – que pode ser traduzida no voto favorável do Ministro Marco Aurélio em ação que pede o fim da exclusividade da ECT para prestar serviços postais, alegando que a atividade estatal viola o preceito constitucional de livre iniciativa e concorrência –, a

privatização do IRB e a continuidade das privatizações das estradas.

A própria Justiça, ao mesmo tempo em que vem julgando favoravelmente os interesses privados, com frequência vem tentando impedir manifestações populares legítimas. Enquanto isso, penam os que necessitam do serviço público gratuitos.

Para a classe trabalhadora brasileira não interessa fazer coro com estas propostas de mais pilhagem de recursos. O que os trabalhadores querem é a solução para os problemas que os atingem. Por isso, é imprescindível que se exija do governo, por meio de mobilizações, o rompimento da política de superávit fiscal e o cumprimento das promessas da campanha eleitoral.

Foi o que fizeram os estudantes de Florianópolis contra o aumento de passagens de ônibus. É o que estão fazendo os camponeses na luta pela terra. É o que fazem os servidores públicos federais em greve por reajuste salarial. Para nós, servidores do Judiciário Federal, não resta outra alternativa senão nos juntarmos a todos esses que lutam e se negam a se entregarem.

Grito da Terra Pernambuco reúne 5 mil trabalhadores

Cerca de 5 mil pessoas participaram do Grito da Terra Pernambuco, no dia 15 de junho. Convocada pela Fetape, que congrega 176 sindicatos de trabalhadores rurais, a atividade ocorreu no mesmo dia do ato público dos servidores das três esferas. Houve passeata da Câmara dos Vereadores à Avenida Conde da Boa Vista, onde todos se juntaram em caminhada ao Palácio das Princesas.

As reivindicações dos trabalhadores rurais são reestruturação da zona da mata, reforma agrária, combate ao trabalho escravo e infantil, assistência técnica para agricultores familiares e assentados, política de saúde para quem vive no meio rural, educação de qualidade no campo, habitação e saneamento rural, entre outras. Os servidores, por sua vez, reivindicaram reajuste salarial.



ATO Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em maio, chega a Brasília

Foto: Francisco Rojas

CAMPANHA SALARIAL

Greve dos servidores públicos completa um mês

Em greve desde 2 de junho, cerca de 10 mil servidores de 31 órgãos públicos federais realizaram uma marcha em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, no último dia 22, para mostrar seu descontentamento com o descaso do governo em relação ao funcionalismo público e ao pedido de reajuste imediato de 18%. Em seguida, houve ato público contra a corrupção no Congresso Nacional. A falta de negociação levou à greve, que vem sendo coibida com corte de ponto em alguns locais.

Trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social, ministérios da Agricultura e da Fazenda, Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Advocacia-Geral da União (AGU) e Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) estão paralisados por tempo indeterminado, com adesão de 80% em todo o país em alguns

órgãos.

Em reunião no último dia 24, diversas entidades forçaram o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a prometer elaborar um calendário objetivo para tratar das reivindicações. O ministro, porém, pediu a suspensão da greve, disse que o reajuste não é viável e propôs a discussão de uma proposta para 2006. Os representantes dos sindicatos avisaram que não abrem mão da pauta para 2005, com reajuste emergencial de 18% como antecipação das perdas acumuladas desde 1995.

“O governo se contradiz ao dizer que o processo negocial está em curso e ao mesmo tempo determina o desconto imediato dos dias parados, antecipando

a negociação quanto a essa questão, quando na verdade deverá ser pontuada na mesa ao final da greve”, criticou a diretora da Fenajuf Maria da Graça Sousa, presente na reunião da bancada sindical. Em sua avaliação, tal ação serve

a p e n a s p a r a intimidar o movimento grevista, que se mantém firme e f o r t e a p e s a r disso.

P o r conta da intransigência

d o governo, o s

decidiram

servidores suspender, em 8 de junho, os trabalhos da Comissão Temática de Direitos Sindicais. A orientação da Secretaria de Recursos Humanos de cortar o ponto dos funcionários causou tal atitude, pois os representantes dos sindicatos

viram que não haveria condições de negociar. Agora, as decisões dessa comissão serão transferidas para a Mesa Nacional de Negociação Permanente.

“Estamos em um processo de greve e se essa é a orientação do governo então não nos cabe negociar com a Secretária de Recursos Humanos. Vamos manter a greve e no processo de mobilização vamos continuar as negociações na Mesa Nacional de Negociação Permanente”, disse o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) Gilberto Gomes, repudiando a limitação do direito de greve.

Na última plenária nacional dos servidores públicos federais, no dia 25, com a participação de 158 delegados e 36 observadores, foi aprovado o fortalecimento da greve e a adesão de novas categorias à paralisação em 4 de julho: os trabalhadores do IBGE e os docentes e técnicos administrativos das escolas federais, agrotécnicas e Cefets, assim, aderiram à greve.

Impasse nas negociações com o governo e desconto dos dias parados da greve são pontos que exigem maior mobilização dos servidores públicos federais

CUT pede negociação diretamente com o presidente Lula

Como as instâncias de decisão inferiores não vêm cumprindo seu papel de chegar a um acordo com os servidores, a Central Única dos Trabalhadores enviou, no último dia 16 (e reiterou no dia 30), pedido de audiência com o presidente Luís Inácio Lula da Silva para discutir a campanha salarial e exigir os pontos da pauta de reivindicação. Ainda não houve

resposta do governo federal.

O documento critica a falta de negociações concretas na Mesa Nacional, que apenas vem servindo para simular um diálogo inexistente com as categorias em campanha salarial; a imposição do decreto 1480/1995, que determina o desconto dos dias parados na greve dos funcionários públicos; e a falta de previsão orçamentária para reajuste dos

salários percebidos pelos servidores.

A interferência da Justiça Federal, com multas diárias e exigência do retorno ao trabalho, também foi criticada pela central em nota oficial emitida no último dia 15. “Esta decisão autoritária, que impõe arbitrariamente multas para penalizar financeiramente as Entidades Sindicais, busca pela força

cercear a utilização da greve como instrumento legítimo de pressão por parte dos trabalhadores”, diz o documento. Por tudo isso, 7 de julho foi o dia escolhido para a realização de atos públicos em todos os estados – na mesma data do Dia Nacional de Paralisação do Judiciário Federal e Ministério Público da União, definido na Plenária da Fenajuf.

ESPECIAL XII PLENÁRIA DA FENAJUFE

Confira as principais deliberações

Plano de Lutas

O plano de lutas aprovado na plenária – discutido nos grupos de trabalho e levado à votação geral – inclui deliberações gerais, relativas ao serviço público e específicas do Judiciário Federal e Ministério Público da União. Entre as reivindicações gerais, foram aprovadas reformas antagônicas às reformas neoliberais em pauta; campanha contra a corrupção; ruptura imediata com a ALCA; não pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros e especuladores; não à independência do Banco Central; reforma agrária; investimentos maciços na educação pública, saúde e áreas sociais; ampliação dos direitos sindicais; luta contra o assédio moral; manutenção da garantia em lei de todos os direitos sociais e trabalhistas e proteção contra demissão imotivada.

Para o serviço público, os trabalhadores aprovaram os pontos de garantia plena do direito de negociação; revogação das reformas da Previdência e do Judiciário; fim das terceirizações, do nepotismo e do fisiologismo nas contratações; luta contra o regime de emprego celetista no serviço público; garantia plena ao exercício do direito de greve para os trabalhadores do setor público e privado;

participação nos atos unificados relativos à campanha salarial do funcionalismo; reposição das perdas salariais desde janeiro de 1995; paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas; defesa de um serviço público digno, gratuito e de qualidade; pagamento de todos os passivos devidos aos servidores e campanha contra a PEC 02.

Por fim, as questões do Judiciário Federal e do Ministério Público da União consideradas prioritárias para os servidores são oposição contra qualquer tipo de discriminação e pela ampliação da discussão sobre assédio moral com a categoria; contra o desvio das finalidades do estágio; redução da jornada de trabalho; Plano de Carreira que contemple todos os servidores; viabilização do fim das funções comissionadas nos tribunais, por serem ferramenta de manipulação dos servidores e de desunião; e campanha contra os fundos de pensão privados. 7 de julho foi escolhido como Dia Nacional de Paralisação, data reafirmada pela CUT (ver página 3). A plano de lutas aprovado serve como base para as ações dos sindicatos até a próxima plenária, apontando batalhas importantes que os servidores terão pela frente.

Revisão do PCS

Um dos momentos mais importantes do evento foi a apresentação da última versão do anteprojeto de revisão do PCS entregue pelo Supremo Tribunal Federal. As reivindicações dos servidores em relação à nova proposta já está sendo debatida pelos servidores do Judiciário Federal em assembleias nos locais de trabalho e serão encaminhadas ao STF. Após a discussão na categoria, a Fenajufe encaminhará ofício ao STF para que o órgão envie imediatamente o projeto ao congresso. Ali, a federação defenderá alterações não acatadas pelo STF.

De acordo com o encaminhamento aprovado na plenária, “estão contemplados na proposta recebida os dois pontos inegociáveis definidos na Reunião Ampliada da Fenajufe realizada em fevereiro passado”, ou seja, a inclusão dos auxiliares judiciários e a paridade entre ativos e aposentados.

Algumas outras sugestões dos servidores foram incluídas na nova proposta do STF, a saber: adicional de qualificação, estágio probatório em 24 meses, qualificação específica para o exercício de cargos em comissão e funções comissionadas de natureza gerencial e gratificação para os oficiais de justiça e para atividade de segurança, carreira judiciária como exclusiva de

Estado, manutenção de 15 padrões salariais em cada grupo, regulação do r e e n q u a d r a m e n t o (contemplando os servidores que fizeram concurso antes de 26 de dezembro de 1996, mas não obtiveram movimentação extraordinária) e participação das entidades sindicais na elaboração dos regulamentos previstos no anteprojeto.

Na XII Plenária da Fenajufe, foi aprovada a inserção dos seguintes pontos não contemplados pelo STF: adicional de tempo de serviço de 1% por ano de efetivo exercício no serviço público, concessão de afastamento ao servidor público da carreira judiciária para exercício de direção de entidades sindicais sem prejuízo de remuneração, proibição de redução da remuneração decorrente da aplicação do disposto na lei e vedação da terceirização.

A plenária também não concordou com o artigo 13 e pede sua alteração, pois o trecho discrimina a carreira judiciária em três áreas de atividade: judiciária, apoio especializado e administrativo. Por fim, os delegados rejeitaram o aumento da remuneração pelo exercício de função comissionada e cargo em comissão. A proposta da plenária é que esses valores permaneçam iguais aos atuais e que se valorize o vencimento básico.

expediente

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2500 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Elvson Cardoso (diretor de formação sindical), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)

 **na internet**
sintrajufpe.org.br

» Veja a íntegra do
Plano de Cargos e Salários

ões da XII Plenária da Fenajufe

Avaliação de conjuntura nacional e internacional

“Organizar e mobilizar pela valorização do trabalho e para mudar a política econômica” foi a tese aprovada para conduzir as ações dos sindicatos do Judiciário Federal em relação à conjuntura nacional e internacional. As lutas contra o imperialismo norte-americano, as guerras, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o desemprego, a precarização do trabalho e as privatizações norteiam a última.

Na avaliação da conjuntura nacional, por sua vez, os servidores se opõem à política econômica neoliberal herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso, mantida pelo governo Lula, marcada por “altas taxas de juros como único meio de controle inflacionário, a completa falta de controle dos fluxos de capitais especulativos e um superávit primário absurdo para pagar juros e serviços da dívida”.

A deterioração do serviço público e a dificuldade em obter conquistas de caráter econômico ou social também devem ser combatidas pelos servidores. “Isto é ainda mais dificultado pelo fato de as mesas de negociação com os servidores públicos, embora tenham representando uma conquista, não terem ainda se constituído em espaços reais de negociação e de avanços”, afirma o documento.



PARTICIPAÇÃO Delegados e observadores do Judiciário Federal de Pernambuco atentos às discussões da plenária

Reforma sindical

O polêmico tema da reforma sindical, em tramitação no Congresso Nacional, dividiu as opiniões dos delegados presentes na plenária. Das quatro propostas de resolução apresentadas, duas foram retiradas e duas foram votadas. A primeira proposta incluía a retirada da PEC 369 e o início da discussão de uma reforma sindical feita pelos trabalhadores, sem participação dos patrões ou do governo. A segunda proposta defendeu a Plataforma Democrática Básica da CUT, votada na XI Plenária Nacional da Central, que aconteceu em São Paulo, de 10 a 13 de maio, com algumas alterações.

Os delegados do

Sintrajuf defenderam a primeira proposta, por entenderem que a reforma sindical somente deve se dar depois de garantida a retirada da PEC 369 do Congresso Nacional, e por não concordarem com a tutela do Estado, ao garantir a unicidade sindical. A maioria, no entanto, aprovou a segunda proposta, em uma votação apertada: 56 a 45 votos.

O documento “Plataforma Democrática da Fenajufe” defende que prevaleçam as convenções coletivas favoráveis aos trabalhadores, ao incluir os

artigos 619 e 620 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Segundo os autores da tese vencedora, a idéia é defender os pontos da reforma que podem trazer mudanças que beneficiem a classe trabalhadora, além dos pontos básicos da Plataforma da CUT, que são: proibição das demissões imotivadas, não

intervenção do Estado na organização sindical, unicidade, organização sindical por setores e ramos de atividade, fim do imposto sindical e direito de negociação e greve no setor público nas três esferas e nos três poderes.

Tema mais polêmico teve votação apertada

 **cultura**

Festa de São João do Sintrajuf é só animação



Fotos: Isaac Oliveira



FESTA De cima para baixo: trio Arquivo do Sertão e todos juntos na quadrilha

 **na internet** » Galeria de fotos sintrajufpe.org.br

Senado aprova maior parte da PEC Paralela

A PEC Paralela da Reforma da Previdência (PEC 77-A/2003) foi aprovada pelo Senado Federal no último dia de junho, em dois turnos, por unanimidade. A votação foi garantida por um acordo de lideranças e instituiu alterações na emenda constitucional 41, da reforma previdenciária, como paridade e aposentadoria especial para servidor portador de doença incapacitante.

Para contar com a integralidade e a paridade, os servidores precisam atender aos seguintes requisitos: 60 (homem) ou 55 (mulher) anos de idade, 35 (homem) ou 30

(mulher) anos de contribuição e 20 anos de serviço público, sendo dez anos na carreira e cinco no cargo. Aposentados portadores de doenças incapacitantes serão isentos de contribuição previdenciária até o dobro do teto pago pelo INSS (R\$ 5.017,44).

Enquanto a maior parte da PEC Paralela aprovada no Senado será promulgada, a seção que diz respeito aos subtetos no Executivo e no Legislativo estaduais e nos municípios volta à Câmara dos Deputados, pois sofreu alterações.

Pelo fato de a PEC

 **balancete abril**

Receita	R\$	%
Contribuições associados	73.134,75	100,0000
Total	73.134,75	100,0000
Despesas		
Ordenados	10.509,55	14,3701
Encargos de trabalho	925,83	1,2659
Contribuição INSS	3.581,22	4,8967
Contribuição FGTS	1.148,50	1,5704
Serviços prestados (PF)	1.961,70	2,6823
Serviços prestados (PJ)	1.634,00	2,2342
Água, luz e telefone	2.550,69	3,4877
Conservação de bens imóveis	577,28	0,7893
Despesas postais	1.378,95	1,8855
Materiais de expediente e consumo	33,38	0,0456
Despesas cartorárias	222,30	0,3040
Jornais, revistas e livros	76,00	0,1039
Condução	98,30	0,1344
Contribuição estatutária (Fenajufe)	4.206,47	5,7517
Contribuição estatutária (Diap)	112,80	0,1542
Benefícios a empregados	140,00	0,1914
Material de limpeza	100,36	0,1372
Refeições	172,47	0,2358
Assessoria jurídica	3.120,00	4,2661
Fotocópias	434,60	0,5942
Encontros	1.292,63	1,7675
Plenária	690,00	0,9435
Doação	100,00	0,1367
Combustível	190,00	0,2598
Contribuições a outras entidades	200,00	0,2735
Indenização mandato classista	4.397,92	6,0134
Despesas tributárias	892,00	1,2197
Despesas financeiras	55,24	0,0755
Vale transporte	898,40	1,2284
Plano de saúde empregados	838,75	1,1469
Vale alimentação empregados	2.642,06	3,6126
Total das despesas	45.181,40	61,7783
Resultado operacional	27.953,35	38,2217
Total	73.134,75	100,0000
Resumo		
Despesas c/ pessoal	15.954,59	21,8153
Despesas c/ encargos	5.621,72	7,6868
Despesas c/ administração	6.824,03	9,3308
Despesas c/ movimento	16.781,06	22,9454
Saldo credor	27.953,35	38,2217
Total de receita	73.134,75	100,0000

beneficiar alguns poucos funcionários e de a Reforma da Previdência dar abertura para que a parte da previdência acima do teto seja explorada pela iniciativa privada, o Sintrajuf é a favor da reversão da Reforma da Previdência, para que haja direitos iguais para todos os servidores.

 **na internet** sintrajufpe.org.br

» **Íntegra da PEC Paralela**
» **Matéria completa no jornal de abril**

 **jurídico**

Quintos são aprovados em mais quatro tribunais

Os servidores do Judiciário Federal podem comemorar mais três vitórias relativas à incorporação de quintos para a categoria: os funcionários da Justiça Eleitoral do Ceará e do Pará e da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul obtiveram a incorporação e os trabalhadores do Tribunal Superior Eleitoral celebram a determinação do pagamento imediato da incorporação, com pagamento das diferenças decorrentes da função incorporada.

Na capital federal, a determinação partiu do juiz

Eduardo Luiz Rocha Cubas, em exercício na 17ª Vara de Justiça Federal, que enviou ofício ao Diretor-Geral do TSE, Atayde Fontoura Filho, em 9 de junho, para cumprimento imediato da decisão de incorporar aos salários dos servidores do órgão as parcelas dos quintos a que têm direito, incluindo diferenças sobre 13º salário, férias e adicionais em geral.

No Pará, o deferimento da incorporação dos quintos se deu em 14 de junho, na votação do pleno, por unanimidade. O pagamento das parcelas

atrasadas deve ser acrescido de juros e correção monetária e responde a recurso administrativo impetrado pelo Sindjuf-PA/AP. O presidente do tribunal relatou jurisprudências favoráveis no STJ, STF e JF e em outros tribunais regionais eleitorais.

Depois foi a vez de os servidores cearenses terem a incorporação aprovada no último dia 22. O pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará deferiu por ela, também de forma unânime, em sessão administrativa, com juros e correção, atendendo a pedido administrativo impetrado pelo

Sinje/CE. A juíza relatora do processo, Maria Nailde Pinheiro Nogueira, citou em seu voto outras decisões favoráveis.

Por fim, para os servidores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, a liminar que concede quintos foi deferida em sessão da Terceira Turma do TRF da 4ª Região, no último dia 30. O julgamento diz respeito à antecipação da tutela necessária à incorporação dos quintos ao salário dos trabalhadores, cujo pagamento já havia sido deferido em acórdão.

Sindicato pede aumento no valor do auxílio-alimentação no TRT

O Sintrajuf enviou, no dia 16, requerimento administrativo ao Tribunal Regional do Trabalho para tratar da questão da correção monetária do auxílio-alimentação dos servidores. Protocolado sob o número 10196/05, o documento pede o reajuste do benefício, que no TRT6 é um dos mais baixos do país. Há quatro anos, o valor vem sofrendo defasagem.

Segundo estudo do assessor econômico Washington Luiz Moura Lima, enquanto a média nacional de aumento de 2001 a 2004 foi de 33,75%, em Pernambuco o reajuste foi de apenas 15,68%, ou seja,

inferior à metade. Além disso, o pleno do TRT6 já havia deliberado, em outubro de 2000, o valor de R\$ 308, em vez do valor de R\$ 260,48 atualmente praticado.

O requerimento enfatiza que a correção monetária equivale a uma simples atualização da moeda e um “imperativo de ordem jurídica, econômica e ética”. O sindicato solicita, assim, a equiparação ao valor pago no Tribunal Superior do Trabalho, de R\$ 485. Aguardamos resposta do tribunal a essa importante reivindicação dos trabalhadores da Justiça do Trabalho.

Sintrajuf requer política de prevenção de doenças do trabalho no TRF

No dia 9, o Sintrajuf enviou requerimento administrativo à presidência do Tribunal Regional Federal para solicitar medidas preventivas contra lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), doenças cada vez mais comuns entre os servidores dos tribunais do Poder Judiciário Federal.

O documento pede a realização de avaliações de fatores de risco, da postura dos trabalhadores durante o serviço, da iluminação e da temperatura ambiente, com ajuda de fisioterapeutas e outros profissionais afins. Em

seguida, o sindicato sugere que o tribunal trace estratégias para eliminar fatores de risco, protegendo assim a saúde dos funcionários.

Em resposta ao requerimento, a diretora-geral Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio informou, por meio do ofício 097/2005-DG, do dia 16, que o TRF5 está realizando, desde janeiro, “levantamento do perfil dos servidores para avaliar problemas de saúde de cada servidor deste Tribunal, assim teremos condições de diagnosticar e cuidar dos diversos casos de saúde que por ventura forem detectados”.



Correios: risco de privatização

Numa época em que as denúncias de corrupção nos Correios correm soltas, é hora de ficar atento a um perigo latente: a ameaça de empresas privadas que querem tomar conta do serviço postal brasileiro. Com a fragilização da imagem da estatal perante a opinião pública, aumentam os riscos de aprovação de ações como a que foi ajuizada pela Associação Brasileira das Empresas de Distribuição (Abraed) contra o que ela chama de “monopólio postal” da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

No dia 15 de junho, o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 46 no Supremo Tribunal Federal foi suspenso por causa do pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa. Antes disso, o relator da ADPF, ministro Marco Aurélio, votou pela procedência do pedido da Abraed de permitir que empresas privadas atuem nesse mercado, enquanto o ministro Eros Grau votou pela manutenção do monopólio estatal.

Para a Abraed, o serviço postal é uma atividade econômica como outra qualquer e o monopólio da ECT violaria preceitos constitucionais como a livre iniciativa e concorrência. Para o ministro Eros Grau, no entanto, a ação é inteiramente improcedente, uma vez que “o serviço postal é um serviço público por definição constitucional”. A violação do “privilegio postal” – expressão que prefere usar em detrimento de “monopólio postal” – da União é considerada crime pela lei 6538/78.

O secretário de Administração e Finanças da

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios (Fentect), que representa 109 mil funcionários da ECT, Roberto Prado, considera que a quebra do monopólio estatal acarretaria prejuízos para a população. Segundo ele, a entrada da iniciativa privada no setor significaria que 70% dos municípios brasileiros deixariam de ser atendidos, pois as empresas iriam priorizar as capitais e regiões metropolitanas, por sua maior rentabilidade.

Cabe lembrar a experiência do Correo Argentino, levada a cabo naquele país na década de 90, quando a estatal se tornou sociedade anônima controlada por um consórcio de grupos com atuação no setor financeiro. Em vez de melhorar nos serviços prestados, o que a população vizinha assistiu foi ao aumento de tarifas e à queda na qualidade dos serviços. Por fim, a empresa acabou sendo reestatizada. As chances de que isso aconteça no Brasil são grandes, se tal ação for julgada procedente.

RFFSA – É importante ressaltar que a CUT publicou nota contra as medidas provisórias 245 e 246/2005, que propunham a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). As medidas passaram recentemente pelo congresso, onde não foram aprovadas, com ajuda da pressão dos trabalhadores. A aprovação, de acordo com o documento cutista, implicaria na desarticulação do transporte ferroviário no país, já gravemente atingido por processos de desestatização nos últimos oito anos.



Ilustração: Getty Images Royalty-Free

troca-troca

De: PE (TRF)
Para: RN
Nome: Ubiratan Guanais Castelo Branco Júnior
Cargo: técnico judiciário
Telefone: 9987-1756 e 3425-9853
E-mail: uguanais@trf5.gov.br

De: SP (JF)
Para: PE, PB, RN, CE
Nome: Max Antônio Miranda
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (11) 9230-7497
E-mail: xamjpa@hotmail.com

De: Caruaru (TRT)
Para: Região Metropolitana do Recife
Nome: Roberto Gonçalves de Albuquerque
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (81) 3721-3107
E-mail: robgonalb@hotmail.com

De: PB (TRE)
Para: PE (TRE)
Nome: Danielle Nóbrega Vilar
Cargo: técnica judiciária
Telefone: (83) 3225-2377 e 9302-2267
E-mail: danielle@tre-pb.gov.br

De: PB (TRE)
Para: RS
Nome: Anarina Freitas
Cargo: técnica judiciária
Telefone: (83) 9921-3216
E-mail: anarinaclaudia@bol.com.br

TRE: vaga para taquigrafia
 O TRE informa, por meio da Secretaria Judiciária, a existência de vaga para taquígrafo. Interessados devem entrar em contato com o setor.